

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## **Da fidalguia à *commodity*: uma história econômica do futebol mundial evidenciada no surgimento do "padrão-FIFA" (fins do século XX e início do XXI)**

As Copas do Mundo de futebol masculino, organizadas a cada quatro anos desde 1930 por uma entidade supranacional, a FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*)<sup>1</sup>, transformaram-se radicalmente ao longo do tempo. Inicialmente um torneio de caráter amador criado para promover a confraternização entre as nações, o Mundial tornou-se uma das competições esportivas de maior importância no calendário internacional, rivalizando inclusive com as tradicionais Olimpíadas de Verão promovidas pelo COI (Comitê Olímpico Internacional). (GIGLIO, 2013).

Nesta proposta, porém, não concentraremos nossos esforços em investigar como se deu o surgimento, a ascensão e a consolidação das Copas nos seus primórdios, pois identificamos que são assuntos já bastante discutidos pela historiografia dos esportes. Logo, o principal objetivo deste trabalho será desvendar a mudança de mentalidade ocorrida dentro da própria FIFA desde o final do século XX, e que acentuou-se no início deste milênio.

Em meados da década de 1970, o presidente da associação, João Havelange, iniciou uma mudança abrupta no antigo modelo britânico de governar a entidade. Se antes havia uma rejeição à mercantilização do jogo, agora iniciava-se uma era de "política demais e dinheiro demais". Saiu o requinte cavalheiresco de Sir Stanley Rous e entrou o dinamismo mercadológico do brasileiro, disposto a transformar o futebol em uma mercadoria altamente atraente e lucrativa.

Pouco tempo depois de assumir o cargo, Havelange convidou o empresário suíço Joseph Blatter para trabalhar com ele. Entendemos que a partir daquele momento houve uma imersão ainda mais agressiva de conceitos do mundo dos negócios dentro do futebol. Já nos anos 1980, ocupando o importante cargo de secretário-geral da FIFA,

---

<sup>1</sup> Fundada em 1904, a FIFA apresenta-se como uma associação internacional privada sem fins lucrativos, com status legal de pessoa jurídica. Sediada em Zurique, na Suíça, ela possui o seu Estatuto próprio e centraliza as decisões nas mãos do Comitê Executivo (composto pelo presidente mais 23 membros indicados pelas seis Confederações Continentais e quatro Associações Britânicas). Contudo, apesar de parecer autônoma, a entidade submete-se na hierarquia esportiva ao COI (Comitê Olímpico Internacional) e juridicamente à CAS (Corte Arbitral do Sport). Atualmente, a FIFA possui mais filiados que o número de países da ONU (Organização das Nações Unidas), totalizando 208 nações associadas (OLIVEIRA; VAINER, 2014).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Blatter idealizou e concretizou suas novas propostas para as Copas do Mundo, sobretudo no que diz respeito aos contratos de televisão e marketing.

Enfim na presidência, ao final da década de 1990, completou-se a estratégia de tornar o Mundial de futebol um megaevento esportivo extremamente rentável para a entidade (JENNINGS, 2011). Tal façanha ampliou-se enormemente no século XXI, especialmente junto aos países emergentes, e perdura até os dias atuais. As Copas deixaram de ser torneios meramente futebolísticos, e sem tanto apelo econômico, para tornarem-se verdadeiras mercadorias altamente lucrativas disputadas por vários países. Em suma, essa referida mudança de paradigma da entidade na sua gestão pode ser bem traduzida na expressão que se popularizou recentemente: surgiu o chamado "padrão FIFA" de governar.

Entretanto, notamos que os pesquisadores do esporte nem sempre atentaram-se para o aprofundamento das questões econômicas que envolvem os Mundiais da FIFA. De maneira geral, os estudos tem privilegiado as aproximações com antropologia, nova história política, história social e cultural. Quanto a esta última, inclusive, enxergamos que os trabalhos têm se tornado estéreis ao fixarem-se excessivamente nas noções simbólicas de representação.

No sentido oposto, nota-se uma carência de trabalhos em história econômica, sobretudo no Brasil<sup>2</sup>, devido à escassez de um arcabouço teórico-metodológico mais robusto. Essa lacuna deve ser urgentemente preenchida, e consideramos que as novas pesquisas precisam ter ao menos sensibilidade para as questões econômicas, conferindo maior materialidade e segurança para a narrativa histórica.

Acreditamos, então, podermos contribuir para tal empreendimento, tendo em vista que os megaeventos esportivos organizados pela FIFA são planejados de maneira racional, como um negócio lucrativo, e não apenas culturalmente. A lógica adotada pela instituição leva em conta a ideia de que não é possível pensar o futebol distinto de uma atividade de entretenimento para o mercado e inserido numa cultura de massa que necessita de público para consumir.

---

<sup>2</sup> Talvez a primeira e única tese efetivamente de história econômica do esporte no Brasil seja a de: SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. *Revolução Vascaína: a profissionalização do futebol e a inserção socioeconômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934)*. 2010. 501 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Na verdade, desde o século XIX os agentes esportivos mobilizam seus mercados consumidores através de variadas estratégias de negócio: vendas de ingressos, jogos de apostas, produtos publicitários, comercialização de uniformes e outros itens. Assim, fica evidente que o esporte já nasceu segundo o plano econômico, e o que temos visto atualmente nada mais é do que a exponenciação disso. Ao longo do tempo, outros atores foram incluídos nessa lógica, destacando-se a participação maciça do Estado e da imprensa. Durante os megaeventos esportivos, por exemplo, esta contribui para conferir visibilidade e legitimidade aos torneios, enquanto aquele viabiliza a infraestrutura com uso de dinheiro público, especialmente nos países emergentes do BRICS.

Nossa hipótese mais geral é a de que, nos últimos anos, a FIFA mudou substancialmente sua estratégia de escolha dos países-sede, optando por economias "emergentes" que facilitassem a reprodução de capital via megaeventos esportivos em favor dos seus dirigentes. Se recuarmos mais no tempo e olharmos para os Mundiais realizados após o período da Guerra Fria, quando houve um reordenamento da geopolítica internacional, veremos países chamados "desenvolvidos" recebendo os torneios: em 1990, a Itália; em 1994, os EUA; em 1998, a França; em 2002, a Coreia do Sul e o Japão; e em 2006, a Alemanha.

Diferentemente dessas Copas anteriores realizadas em países desenvolvidos, ou mesmo em tempos históricos nos quais o futebol espetáculo/mercadoria ainda não estava plenamente consolidado, temos assistido a uma mudança de postura recente da entidade, que reflete no estabelecimento de uma nova configuração esportiva. Além do mais, entendemos que a FIFA sofreu um sério abalo institucional com a divulgação de casos de corrupção, culminando na renúncia do ex-presidente Joseph Blatter em 2015 (estava no cargo desde 1998), bem como no dismantelamento da sua cúpula de apoio.

A fim de escaparmos do rigor economicista tradicional, buscamos apoio nas valiosas contribuições da história dos negócios e da administração. Nesse sentido, é fundamental para o entendimento das atividades desenvolvidas dentro da FIFA que dominemos os conceitos de estratégia, empreendimento, monopólio, demanda, custo e oportunidade, etc. Entretanto, não esquecemos das ferramentas de história econômica, particularmente os dados estatísticos quantitativos, que conferem segurança e materialidade ao trabalho.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Outrossim, na intenção de complementar nossa análise e torná-la ainda mais robusta, adotamos a articulação interdisciplinar com as outras ciências sociais e intradisciplinar com os variados domínios temáticos da história. Lembramos que o trabalho em questão está inserido dentro da Linha de Pesquisa denominada Poder e Instituições, como também nas discussões do SPORT: Laboratório de História do Esporte e do Lazer, ambos inseridos no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Por meio do método comparativo, conferimos maior visibilidade às questões diplomáticas envolvendo esse ator internacional na sua busca pelo controle e monopólio do futebol. De um lado, identificamos as variadas formas de dominação usadas pelos dirigentes-FIFA; por outro, atentamos para as diferentes respostas dadas pelos receptores. Nesse sentido, interessa-nos tanto as variadas formas de resistência quanto os pactos firmados entre as partes, a fim de elucidarmos melhor o papel e a eficácia da entidade máxima que comanda o esporte bretão.

Na intenção de obter financiamentos públicos para eventos privados, a FIFA recorre a uma série de discursos encabeçados por seus dirigentes, utilizando-se da estratégia conhecida como *soft power*<sup>3</sup>. Ou seja, para a efetivação do seu poder existe uma certa necessidade de autojustificação, manifestada na chamada retórica do legado, cuja função nada mais é do que propagar a dominação como legítima. Observa-se, então, no que concerne à herança dos megaeventos esportivos, que elaboram-se explicações enaltecendo os frutos que serão colhidos por toda a sociedade com a sua realização.

Assim sendo, intencionamos desvelar as lutas simbólicas, as tensões políticas e os acordos econômicos decorrentes das negociações com os variados atores sociais presentes na cena pública, tais como a mídia, a sociedade civil, os grupos políticos locais e as grandes empresas (dentre estas, destacam-se os setores de turismo e

---

<sup>3</sup> "A partir de então, surge o cenário da governança global. Diferenciam os teóricos que a consideram um fenômeno empiricamente observável, daqueles que a subscrevem como um programa político, de sorte que os estudos sobre governança global costumam sobrepor ordens analíticas e normativas (Rosenau, 2000, p. 21-22). O conceito de poder nesse âmbito também não é consensual. Porém, a conceituação mais aceita é de que o poder é a habilidade de obter os resultados desejados e, diretamente, a habilidade de influenciar os outros para obtê-los (Nye, 2004, p. 1-2), podendo ser por meio de coerção, indução e cooptação. A partir disso, Nye (2004, p. 5) divide o poder em dois tipos: o *hard power* (coagir e induzir) e o *soft power* (cooptar). Esses conceitos inicialmente foram utilizados visando a sua utilização pela figura dos Estados, mas aplicam-se a diversos atores no cenário internacional" (PIZARRO, 2017, p. 3).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

construção civil). Isso posto, a respeito do chamado "padrão FIFA", entendemos que relaciona-se à tendência recente da entidade de promover espetáculos que prezem pela mercantilização e militarização dos estádios e seu entorno durante a realização dos megaeventos. Logo, a instituição vem contribuindo substancialmente para a elitização do futebol moderno e a exclusão das camadas populares desse espaço tão caro a elas.

Acreditamos, ainda, que as Copas já foram bastante estudadas enquanto legitimadoras do poder dos Estados-nação e fomentadoras das identidades nacionais. Porém, os torneios vêm sofrendo profundas alterações no mundo globalizado atual graças à difusão do recente "padrão FIFA" de mercantilização e militarização. Entendemos, então, que o Mundial está se "transnacionalizando" e tornando-se cada vez mais cosmopolita, como é notório na observação dos turistas que acompanham os jogos, por exemplo.

Sobretudo a partir das experiências em países emergentes, a organização do torneio vem adotando um modelo que promove o "desenraizamento dos povos", ao invés de contribuir para o reforço dos nacionalismos. Ainda que cada país-sede, de acordo com seus interesses, promova adaptações no processo de organização das Copas do Mundo, sabemos que há uma certa padronização no tocante ao *modus operandi* imposto pelo Caderno de Encargos da FIFA. Logo, é preciso problematizar esse debate no sentido de explicar a questão da soberania nacional em períodos de exceção e verificar uma tendência de legitimação, ou não, dos megaeventos esportivos.

## Referências bibliográficas

GIGLIO, Sérgio Settani. *COI X FIFA: a história política do futebol nos Jogos Olímpicos*. 2013. 518 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

JENNINGS, Andrew. *Jogo sujo - o mundo secreto da Fifa: compra de votos e escândalo de ingressos*. São Paulo: Panda Books, 2011.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

MELO, Victor Andrade de; DRUMOND, Maurício; FORTES, Rafael; SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia (orgs.). *Pesquisa histórica e história do esporte*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão de; VAINER, Carlos. "Megaeventos no Brasil e no Rio de Janeiro: uma articulação transescalar na produção da cidade de exceção". In: SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; NOVAIS, Pedro (orgs.). *A copa do mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

PIZARRO, Juliano Oliveira. "FIFA e o *soft power* do futebol nas relações internacionais". *Recorde*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1-19, jul./dez. 2017.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. *Revolução Vascaína: a profissionalização do futebol e a inserção socioeconômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934)*. 2010. 501 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.